



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 11 referem-se ao texto que segue.

STF, Previdência e manchetes

As declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal ao jornal **O Estado de S. Paulo**, publicadas com grande destaque no dia 15 de janeiro deste ano, abalaram os mercados financeiros, o governo, os juristas, os bacharéis, o Legislativo, os aposentados de todas as categorias. O país tremeu nas bases:

"Previdência só muda com revolução, diz Mello" (1ª página, oito colunas)

"Para Marco Aurélio, reforma só com revolução" (página A8, oito colunas)

Dia seguinte, o jornalão mandou brasa na fala do presidente do Supremo com um daqueles famosos petardos da página de opinião: *"Fora dos autos e à margem da ética"*.

Uma semana depois, no mesmo Estadão, manchete na página 5, igualmente em oito colunas:

"Menos polêmico, Mello pede fim dos privilégios"

O que aconteceu? Alguém falou o que não devia ou alguém reproduziu mal o que ouviu?

Nem uma coisa nem outra. O ministro-presidente disse duas coisas registradas com igual precisão no corpo da matéria: que os direitos adquiridos, cláusula pétrea da Constituição, só podem ser alterados por uma Assembléia Constituinte ou por um estado de exceção; que ele é favorável ao regime único de aposentadorias, desde que respeitados os direitos adquiridos.

O problema é que a manchete apoiou-se apenas nos elementos potencialmente mais explosivos (reforma da Previdência só com uma revolução), deixando de lado a opinião do declarante contra a manutenção dos privilégios.

Está na hora de nós, jornalistas, reexaminarmos procedimentos e padrões para a formulação de títulos, sobretudo as grandes manchetes. Partindo do pressuposto reacionário de que o leitor brasileiro não tem condições de compreender um título que contenha dois fatos ou afirmações divergentes, adotamos o princípio do falso impacto: *"uma sentença, uma idéia"*.

Acontece que no jornalismo moderno, editores preocupados com os perigos do simplismo recorrem a manchetes com duas idéias: usam ponto-e-vírgula para separá-las e confrontá-las, ou recorrem à complicada conjunção **mas** para justapô-las. Evita-se, assim, oferecer apenas um ângulo da questão ou, no caso de conflitos, exibir preferências.

(Alberto Dines, Revista **Consultor jurídico**, Jan/2003)

1. A crítica que faz o jornalista Alberto Dines, em seu artigo, tem como alvo
 - (A) a redação das manchetes de jornal que, por apresentarem dois fatos contraditórios, acabam confundindo o leitor e deturpando a notícia.
 - (B) a dubiedade das afirmações do Ministro do Supremo, em seus sucessivos pronunciamentos acerca da reforma da Previdência.
 - (C) as falsas inferências de quem redigiu a matéria, que inverteram inteiramente o sentido das declarações do Ministro Marco Aurélio.
 - (D) a parcialidade simplista das duas primeiras manchetes citadas, que exploraram apenas um dos elementos das declarações do Ministro Mello.
 - (E) as declarações bombásticas do Ministro do Supremo, que não avaliou bem o efeito alarmante que elas poderiam provocar junto à opinião pública.
2. Quando Alberto Dines afirma que
 - (A) a manchete apoiou-se apenas nos elementos potencialmente mais explosivos, está justificando o fato de que o Ministro falou o que não devia.
 - (B) o país tremeu nas bases, está-se referindo ao efeito causado por um daqueles famosos petardos da página de opinião do jornal "Estadão".
 - (C) o jornalão mandou brasa na fala do Presidente do Supremo, está-se referindo ao corpo da matéria "Menos polêmico, Mello pede fim dos privilégios".
 - (D) o leitor brasileiro não tem condições de compreender um título que contenha dois fatos ou duas afirmações divergentes, está externando sua posição pessoal.
 - (E) recorrem a manchetes com duas idéias, está indicando um procedimento adotado por editores que desejam evitar o perigo das manchetes simplistas.
3. Partindo do pressuposto reacionário de que o leitor brasileiro não tem condições de compreender um título que contenha dois fatos ou afirmações divergentes, adotamos o princípio do falso impacto: *"uma sentença, uma idéia."*

Com a afirmação acima, deve-se entender que

 - (A) o conservadorismo preconceituoso da nossa imprensa revela-se quando os jornalistas evitam, numa manchete, a exata correspondência entre uma idéia e a palavra que a exprime.
 - (B) muitos jornalistas, por preconceito e conservadorismo, subestimam o nível de compreensão do leitor brasileiro quando evitam uma manchete que apresente duas idéias contraditórias numa única frase.
 - (C) os jornalistas, buscando ser revolucionários, traduzem duas idéias contraditórias numa única manchete, buscando criar com esse procedimento um falso impacto no leitor desavisado.
 - (D) o conservadorismo preconceituoso da nossa imprensa é responsável pelo fato de que o leitor brasileiro deixa de compreender qualquer título que contenha duas opiniões acerca de fatos divergentes.
 - (E) muitos jornalistas, na pressuposição que o leitor brasileiro reage mal diante de qualquer fato que o contraria, formulam manchetes que atenuam de modo simplista o conteúdo explosivo da notícia.

<p>4. Está de acordo com as normas de concordância verbal a seguinte frase:</p> <p>(A) Aos editores preocupados com o perigo do simplismo cabem recorrer aos expedientes que o evitam.</p> <p>(B) Um daqueles famosos petardos, freqüentes na página de opinião, acabaram sendo disparados no dia seguinte.</p> <p>(C) O respeito aos direitos adquiridos constituem uma das cláusulas pétreas da Constituição.</p> <p>(D) Quando se recorrem a manchetes com duas idéias, permitem-se manifestar-se as contradições.</p> <p>(E) Fatos ou afirmações divergentes, numa mesma manchete, hão de traduzir mais fielmente a complexidade de uma questão.</p>	<p>8. Estão corretamente grafadas todas as palavras da frase:</p> <p>(A) Um jornalista deve abster-se de julgar o que noticia, afim de que seu público possa ter asseso às várias posições e emitir, ele sim, seu próprio julgamento.</p> <p>(B) Alberto Dines é um notório crítico da imprensa; o fato de ser jornalista não o impede de polemizar com vários colegas, quando cometem algum deslize.</p> <p>(C) A dúvida suscitada por uma manchete poderia ser evitada caso o redator não se eximisse da responsabilidade de mostrar os dois lados de um mesmo fato.</p> <p>(D) A repercussão das primeiras manchetes deveu-se ao fato de que elas destorceram a declaração do Ministro, reproduzindo-a apenas parcialmente.</p> <p>(E) A virtude jornalística não está em privilegiar a face sensacionalista de um fato, mas em abranjê-lo em toda a sua complexidade.</p>
<p>5. Considerando-se o contexto, está corretamente traduzido o sentido de uma frase do texto em:</p> <p>(A) <i>Recorrem à complicada conjunção mas para justapô-las</i> = incorrem no equívoco da conjunção mas para integrá-las.</p> <p>(B) <i>um daqueles famosos petardos da página de opinião</i> = uma daquelas opiniões ambíguas das célebres reportagens.</p> <p>(C) <i>"Fora dos autos e à margem da ética"</i> = sem jurisprudência, mas eticamente inflexível.</p> <p>(D) <i>Partindo do pressuposto reacionário</i> = com uma alegação supostamente revolucionária.</p> <p>(E) <i>para separá-las e confrontá-las</i> = a fim de as distinguir e cotejar.</p>	<p>9. Considerando-se a situação em que surgiu a manchete "Menos polêmico, Mello pede fim dos privilégios", a expressão destacada deve ser compreendida como</p> <p>(A) A par de ser menos polêmico.</p> <p>(B) Agora menos polêmico.</p> <p>(C) Conquanto menos polêmico.</p> <p>(D) Embora menos polêmico.</p> <p>(E) Mesmo que menos polêmico.</p>
<p>6. São formas equivalentes, para se dizer a mesma coisa:</p> <p>(A) <i>apoiou-se apenas nos elementos mais explosivos / não se apoiou senão nos elementos mais explosivos.</i></p> <p>(B) <i>nem uma coisa nem outra / nenhuma coisa nem qualquer outra.</i></p> <p>(C) <i>a opinião do declarante contra a manutenção dos privilégios / a opinião do declarante que vai ao encontro da manutenção dos privilégios.</i></p> <p>(D) <i>à margem da ética / do lado da ética.</i></p> <p>(E) <i>é favorável ao regime único de aposentadorias / favorece-se de um único regime de aposentadorias.</i></p>	<p>10. O recurso de se separar e confrontar duas idéias divergentes por meio de um ponto-e-vírgula está adequadamente utilizado na frase:</p> <p>(A) A medida foi aprovada pela Câmara; a expectativa é que seja rejeitada pelo Senado.</p> <p>(B) Ele afirmou que não entrará com recurso; muito embora ninguém acredite.</p> <p>(C) O delegado prometeu fazer uma investigação rigorosa; seu passado avaliza sua promessa.</p> <p>(D) Muitos se interessaram em fazer o concurso; cujo edital deverá ser publicado brevemente.</p> <p>(E) A notícia gerou muita polêmica; porque a matéria tratada divide, efetivamente, as opiniões.</p>
<p>7. Transpondo-se para a voz ativa a frase <i>só podem ser alterados por uma Assembléia Constituinte</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) poderia alterar.</p> <p>(B) podem-se alterar.</p> <p>(C) pode alterar.</p> <p>(D) alterar-se-ão.</p> <p>(E) será alterada.</p>	<p>11. As duas primeiras manchetes de que Alberto Dines faz referência mostram bem o modo com que se pode falsear uma declaração.</p> <p>Para corrigir o período acima, as duas expressões destacadas devem ser substituídas, respectivamente, por</p> <p>(A) a cujas e em que.</p> <p>(B) em que e de que.</p> <p>(C) que e que.</p> <p>(D) a que e como.</p> <p>(E) à que e no qual.</p>

Atenção: As questões de números 12 a 20 referem-se ao texto que segue.

Autoridade e autoritarismo

A confusão que tantas vezes se estabelece entre autoridade e autoritarismo acaba dissolvendo o sentido da primeira. Quando somos vítimas de práticas autoritárias, passamos a crer que o princípio da autoridade é apenas o primeiro passo de uma escalada que leva necessariamente à força, à opressão, ao arbítrio. Mas é preciso desfazer esse formidável equívoco. Não havendo autoridade, não há sociedade que se organize; havendo autoritarismo, perde-se o sentido essencial do que deve ser uma sociedade.

O curioso é que essas reflexões me ocorreram na época do carnaval, essa festa que a cada ano ocorre como uma prática libertária exemplar. É possível que, em suas origens pagãs, o carnaval tenha sido uma demonstração de alegria anárquica, incontrolável, libérrima. Mas à medida que veio ganhando maiores proporções, veio também exigindo alguns parâmetros de controle. Hoje, poucas manifestações públicas são tão regradas e controladas quanto um grande desfile de carnaval. As escolas e os blocos são criados com regimento interno, organograma e cronograma das atividades. Na hora de um desfile, o respeito ao tempo do relógio é um drástico critério de avaliação. Há dezenas de regras sob os passos dos sambistas e sob as rodas dos carros alegóricos.

Sirva o exemplo para lembrar que mesmo nossa maior festa popular tem suas margens de liberdade, além das quais há sempre violência e caos. Quem está nas arquibancadas não se sente oprimido pela regulamentação do espetáculo; aceita-a como um critério estabelecido e reage com aplausos e muita animação. A força de um desfile carnavalesco está tanto na euforia dos participantes e dos espectadores quanto no sentido dos limites que dão forma e organização ao espetáculo. Como se vê, a constituição da autoridade se preserva até mesmo numa festa; já o autoritarismo é a negação de toda alegria e de toda prática de liberdade.

(José Fausto Correia, inédito)

12. O autor do texto vale-se do exemplo do carnaval para demonstrar que

- (A) as festas populares prescindem do princípio da autoridade.
- (B) o princípio da autoridade enseja uma forma e uma organização.
- (C) o autoritarismo é intrínseco a qualquer prática de regulamentação.
- (D) o princípio da autoridade leva à força e à repressão incontroláveis.
- (E) o autoritarismo nasce para combater a violência e o caos.

13. Está inteiramente clara e correta a redação da frase:

- (A) Deve-se à preservação do sentido de autoridade o sucesso de muitos empreendimentos cujo objetivo é a expressão da alegria e da liberdade.
- (B) Ao contrário do princípio de autoridade, o autoritarismo implica em exclusão do sentido de liberdade, na qual seria impraticável sobre a tutela deste.
- (C) É com frequência que por se estabelecer confusão entre autoridade e autoritarismo, pode acarretar algum prejuízo para a compreensão do primeiro.
- (D) Se nem mesmo uma festa como o carnaval exclue organização, haja vista a necessidade de disciplina que o norteia, é por que a autoridade impõe-se sem confundir-se com o autoritarismo.
- (E) Ainda que a festa carnavalesca propicie alegria e liberdade, mesmo assim exige-se rigor no cumprimento das normas que a regem, sem as cujas descambariam em caos e violência.

14. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A confusão que tantas vezes se estabelece entre autoridade e autoritarismo acaba dissolvendo o sentido da primeira.
- II. Quando somos vítimas de práticas autoritárias, passamos a crer que o princípio da autoridade é apenas o primeiro passo de uma escalada que leva necessariamente à força, à opressão, ao arbítrio.

É correto afirmar que

- (A) I e II são visões alternativas de um mesmo fato.
- (B) o que se afirma em II torna ambíguo o que se afirma em I.
- (C) o que se afirma em I é justificado pelo que se afirma em II.
- (D) I e II são afirmações paralelas, sem relação entre si.
- (E) a afirmação I é contraditória em relação ao que se afirma em II.

15. A força de um desfile carnavalesco está tanto na euforia dos que participam do desfile carnavalesco quanto na dos espectadores que assistem ao desfile carnavalesco, lembrando ainda que a observância dos limites que dão forma ao desfile carnavalesco é uma de suas atrações.

Para evitar as abusivas **repetições** do texto acima, é preciso substituir os elementos sublinhados por, respectivamente,

- (A) dele participam - lhe assistem - o dão forma.
- (B) nele participam - assistem-no - o dão forma.
- (C) lhe participam - o assistem - lhe dão forma.
- (D) nele participam - lhe assistem - dão-no forma.
- (E) dele participam - a ele assistem - lhe dão forma.

<p>16. Está correta a articulação entre os tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Afirma o autor que as reflexões que desenvolveu ao longo do texto haveriam de lhe ocorrer à época do último carnaval.</p> <p>(B) Se o carnaval pagão pudesse ter mantido todas as suas primitivas características, talvez tenhamos um exemplo de liberdade absoluta.</p> <p>(C) É preciso que, tão logo surjam ameaças à nossa liberdade, nos valhamos das leis para garantir nosso direito ao pleno exercício dela.</p> <p>(D) Se não houvesse qualquer autoridade, mesmo os anarquistas mais convictos acabarão por constituir alguma forma de ordenação.</p> <p>(E) As normas serão rigorosamente seguidas pelos participantes do desfile, mas nem por isso empanaram o brilho do espetáculo.</p>	<p>19. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Poucos imaginam entre os turistas estrangeiros: que assistindo ao desfile carnavalesco estão presenciando um espetáculo – cuja euforia se assenta, sobre regras bem estabelecidas.</p> <p>(B) Poucos imaginam, entre os turistas estrangeiros, que, assistindo ao desfile carnavalesco, estão presenciando um espetáculo cuja euforia se assenta sobre regras bem estabelecidas.</p> <p>(C) Poucos imaginam, entre os turistas estrangeiros, que assistindo ao desfile carnavalesco, estão presenciando um espetáculo cuja euforia, se assenta sobre regras bem estabelecidas.</p> <p>(D) Poucos imaginam – entre os turistas estrangeiros – que assistindo ao desfile carnavalesco estão presenciando um espetáculo cuja euforia, se assenta sobre regras bem estabelecidas.</p> <p>(E) Poucos imaginam entre os turistas estrangeiros que, assistindo ao desfile carnavalesco estão, presenciando, um espetáculo cuja euforia se assenta: sobre regras bem estabelecidas.</p>
<p>17. Para que se estabeleça a concordância verbal adequada, é preciso flexionar no plural a forma verbal sublinhada na seguinte frase:</p> <p>(A) A inteira observância de preceitos estabelecidos não <u>implica</u> renúncia ao sentido maior da liberdade.</p> <p>(B) Toda aquela gente que se <u>anima</u> nas arquibancadas conhece muito bem as regras que disciplinam o desfile.</p> <p>(C) Quem, entre os brasileiros, <u>cometeria</u> a tolice de afirmar que um desfile de carnaval dispensa todo e qualquer tipo de regra?</p> <p>(D) Cada um dos estrangeiros que os acompanham se <u>deslumbra</u>, intimamente, com nossos desfiles de carnaval.</p> <p>(E) Se a autoridade e o autoritarismo <u>constituísse</u> um par inseparável, não haveria como distinguir entre a democracia e a ditadura.</p>	
<p>18. Estão corretas ambas as formas verbais sublinhadas na frase:</p> <p>(A) Caso as normas não <u>intervissem</u> em nossas práticas sociais, <u>destruir-nos-íamos</u> uns aos outros.</p> <p>(B) Se não nos <u>atéssemos</u> a nenhuma norma, <u>prejudicarmos-nos-íamos</u> a nós mesmos.</p> <p>(C) É necessário que se <u>disponhe</u> de normas justas, para que a autoridade <u>detenha</u> uma forma aceita de poder.</p> <p>(D) Caso não nos <u>conviesses</u> obedecer a um mínimo de normas, qualquer uma delas seria rechaçada tão logo se <u>impusesse</u>.</p> <p>(E) Quem se <u>dispor</u> a acompanhar um desfile carnavalesco, <u>dar-se-á</u> conta de que ele cumpre um rigoroso regulamento.</p>	<p>20. Justifica-se inteiramente o emprego do sinal de crase em:</p> <p>(A) Não será permitido à ninguém recorrer a uma concepção de liberdade que venha a contrariar àquela que é de consenso social.</p> <p>(B) Os que reagem irritados à uma demonstração prática de liberdade são os mesmos que aplaudem às medidas de força e de exceção.</p> <p>(C) À partir do momento em que não haja obediência à qualquer norma, estará comprometida a prática mesma da liberdade.</p> <p>(D) Não cabe às autoridades constituídas definir o que seja liberdade, mas permitir que todos tenham acesso às práticas previstas em lei.</p> <p>(E) É preciso avaliar à distância que existe entre a prática autoritária e àquela que respeita um controle social de liberdade.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. É expressão do princípio da legalidade, relativamente à atuação da Administração Pública, a

- (A) obrigação de o Administrador praticar apenas os atos que a lei expressamente determinar.
- (B) vinculação do Administrador aos textos normativos infralegais, oriundos de autoridades superiores.
- (C) possibilidade de o Administrador praticar quaisquer atos que não sejam expressamente vedados pela lei.
- (D) necessidade de os atos administrativos com força de lei estarem em conformidade com as disposições constitucionais.
- (E) permissão para a prática de atos administrativos que sejam expressamente autorizados pela lei, ainda que mediante simples atribuição de competência.

22. Como possível corolário do princípio da impessoalidade, pode-se afirmar que

- (A) é vedado à autoridade administrativa identificar-se pessoalmente na prática de qualquer ato.
- (B) a nomeação e o provimento em cargo em comissão não poderão levar em consideração as características pessoais do nomeado.
- (C) deverá a Administração Pública evitar tratar desigualmente os administrados, na medida do possível, em razão de circunstâncias pessoais de cada um deles.
- (D) a Administração Pública não poderá identificar-se como tal na divulgação de obras e serviços públicos.
- (E) fica vedada a publicidade dos atos praticados pela Administração Pública.

Instruções: Para responder às questões de números 23 a 29 considere o regime da Lei nº 8.112/90.

23. A Lei nº 8.112/90 prevê a incidência de seu regime jurídico para, entre outros,

- (A) servidor público que venha a ingressar em cargo efetivo em fundação pública de um Estado.
- (B) servidor público que venha a ingressar em cargo efetivo na Administração Direta do Distrito Federal.
- (C) empregado público que venha a ingressar em emprego na Administração Direta da União.
- (D) empregado público que venha a ingressar em emprego em sociedade de economia mista federal.
- (E) servidor público que venha a ingressar em cargo em comissão em autarquia federal.

24. Um servidor ocupante de cargo em comissão, sem prejuízo das atribuições desse cargo,

- (A) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, acumulando a remuneração de ambos.
- (B) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, optando pela remuneração de um deles.
- (C) poderá ser nomeado para ter exercício, permanentemente, em outro cargo de confiança, acumulando a remuneração de ambos.
- (D) poderá ser nomeado para ter exercício, permanentemente, em outro cargo de confiança, percebendo, como remuneração, a média da remuneração dos cargos acumulados.
- (E) não poderá ser nomeado para ter exercício, de modo interino ou permanente, em outro cargo de confiança.

25. Considere que um servidor público, que tenha sido demitido, consiga anular judicialmente sua demissão. Considere ainda que o cargo anteriormente ocupado por esse servidor tenha sido transformado. Nessa situação, o servidor

- (A) poderá retornar ao serviço público, por meio do instituto da recondução, sendo reinvestido no cargo anteriormente ocupado, anulando-se, conseqüentemente, a transformação do cargo.
- (B) poderá retornar ao serviço público, por meio do instituto da recondução, sendo reinvestido no cargo decorrente da transformação do anteriormente ocupado.
- (C) poderá retornar ao serviço público, por meio do instituto da reversão, sendo reinvestido no cargo anteriormente ocupado, anulando-se, conseqüentemente, a transformação do cargo.
- (D) poderá retornar ao serviço público, por meio do instituto da reintegração, sendo reinvestido no cargo decorrente da transformação do anteriormente ocupado.
- (E) não poderá retornar ao serviço público, salvo por novo concurso, devendo a situação resolver-se em indenização.

26. A hipótese de a Administração proceder, de ofício, à exoneração de servidor público ocupante de cargo efetivo

- (A) ocorre, por exemplo, quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- (B) ocorre, por exemplo, como conseqüência da prática de infração de natureza grave pelo servidor, mesmo já gozando de estabilidade.
- (C) não está acolhida pela Lei, havendo apenas a previsão da exoneração a pedido do servidor.
- (D) ocorre, por exemplo, quando, tendo sido nomeado, o servidor não tomar posse no prazo estabelecido.
- (E) ocorre, por exemplo, quando, tendo sido aprovado em concurso público, o servidor não for nomeado no prazo estabelecido.

<p>27. Um servidor, ao longo de um ano, contou 10 meses e 15 dias de exercício. Sabendo-se que a remuneração a que tal servidor faz jus no mês de dezembro desse ano é R\$ 1 200,00, tal servidor terá direito, nesse ano, a uma gratificação natalina no valor de</p> <p>(A) R\$ 1 600,00. (B) R\$ 1 000,00. (C) R\$ 1 100,00. (D) R\$ 1 200,00. (E) R\$ 400,00.</p>	<p>30. O edital de determinada concorrência pública foi impugnado por um particular, potencial licitante, no segundo dia anterior à data designada para a abertura dos envelopes de habilitação. Na sessão de abertura desses envelopes, a impugnação ainda não havia sido julgada, mas o particular não apresentou envelopes. Posteriormente, com a licitação ainda em andamento e analisando as razões da impugnação, a comissão de licitação verificou que era ela procedente e que as condições do edital poderiam levar à anulação do certame. Face a essa situação, espera-se que a comissão de licitação</p> <p>(A) acolha a impugnação porque regularmente apresentada, uma vez que seu autor declarou-se na ocasião interessado em particular da concorrência. (B) desacolha a impugnação, pois o não comparecimento do particular à sessão de abertura dos envelopes automaticamente torna a irrisignação intempestiva. (C) acolha a impugnação, mesmo que o seu autor não participe da licitação, invocando a possibilidade de a Administração anular <i>ex-officio</i> os seus atos ilegais. (D) acolha a impugnação, pois apresentada tempestivamente pelo particular. (E) desacolha a impugnação, pois o não comparecimento do particular à sessão de abertura dos envelopes equivale à desistência tácita.</p>
<p>28. Determinado servidor público pediu e obteve licença para atividade política. Tal licença foi deferida, sem remuneração, durante o período que mediava entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral. A partir do registro da candidatura, até o 10º dia seguinte ao da eleição, a licença foi deferida, com os vencimentos do cargo efetivo assegurados pelo período de 3 meses. Nessa situação, o deferimento da licença foi</p> <p>(A) ilegal por ser a atividade política incompatível com a ocupação de cargo público. (B) legal. (C) ilegal quanto à ausência de remuneração até a véspera do registro da candidatura. (D) ilegal quanto ao prazo de duração a partir do registro da candidatura. (E) ilegal quanto ao caráter remunerado a partir do registro da candidatura.</p>	<p>31. Em uma licitação, conduzida sob a modalidade de concorrência, participavam dois licitantes. Após ambos terem sido declarados habilitados, e a abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais, um dos licitantes argumentou que a qualificação técnica do outro não fora suficientemente comprovada, por dúvida quanto ao teor de um atestado apresentado. Como consequência,</p> <p>(A) a licitação poderá ser revogada, a pedido do licitante faltoso, para que tenha oportunidade de apresentar nova documentação comprobatória da qualificação técnica. (B) deverá o licitante faltoso ser considerado inabilitado e a licitação ser considerada deserta, pois não é possível conduzir licitação apenas com um licitante. (C) deverá o licitante faltoso ser considerado desclassificado, conduzindo à contratação direta do outro licitante, por impossibilidade de competição. (D) a Comissão de Licitação poderá anular os atos praticados a partir da entrega dos envelopes de habilitação, facultando-se aos participantes apresentar nova documentação. (E) a licitação deverá prosseguir, em razão de já terem sido abertos os envelopes com as propostas comerciais e de o motivo da suposta inabilitação não ter sido ocultado, nem decorrer de fato superveniente.</p>
<p>29. Determinado servidor praticou um ato passível de configurar, ao mesmo tempo, ilícito penal e administrativo, tendo sido instaurados processos distintos nesses dois âmbitos. O processo penal encerrou-se primeiro, absolvendo-se o servidor por não corresponder o ato em questão a nenhum tipo penal. Nessa situação, o servidor</p> <p>(A) poderá ser condenado no processo administrativo. (B) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois a sanção administrativa é acessória à sanção penal. (C) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois o processo penal é prejudicial em relação ao processo administrativo. (D) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois a absolvição penal acarreta a absolvição no processo administrativo. (E) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois não pode sofrer dois processos em relação ao mesmo ato.</p>	

<p>32. Ao analisar a validade de um ato administrativo discricionário, um juiz percebe que seus requisitos legais estão presentes. Contudo, verifica que a medida tomada pelo Administrador viola o princípio da proporcionalidade e que o mesmo efeito poderá ser obtido mediante medida menos gravosa para o particular. Nessa hipótese, o juiz</p> <p>(A) não poderá anular, mas poderá revogar o ato administrativo, por ser discricionário.</p> <p>(B) poderá anular o ato administrativo, em razão de vício de forma.</p> <p>(C) poderá revogar o ato administrativo, por discordar dos motivos de conveniência e oportunidade invocados pelo Administrador.</p> <p>(D) poderá anular o ato administrativo, ou as medidas excessivas desproporcionais.</p> <p>(E) não poderá anular nem revogar o ato administrativo, pois não cabe ao Judiciário analisar ato discricionário.</p>	<p>35. NÃO pode ensejar a dispensa de licitação</p> <p>(A) a intervenção da União no domínio econômico.</p> <p>(B) a possibilidade de comprometimento da segurança nacional.</p> <p>(C) o pequeno valor de seu objeto.</p> <p>(D) a impossibilidade absoluta de competição.</p> <p>(E) a ocorrência de calamidades públicas.</p>
<p>33. A rescisão unilateral de contrato de prestação de serviços à Administração, por razão de interesse público e sem culpa do contratado, NÃO ensejará</p> <p>(A) o pagamento ao contratado das quantias que lhe sejam devidas pelos serviços prestados até a data da rescisão.</p> <p>(B) o pagamento ao contratado das quantias que lhe seriam devidas até o termo final original do contrato.</p> <p>(C) a indenização do contratado pelos prejuízos comprovados, decorrentes da rescisão.</p> <p>(D) a extinção do contrato administrativo.</p> <p>(E) o pagamento ao contratado do custo de desmobilização.</p>	<p>36. Determinada associação civil sem fins lucrativos requereu a expedição de certidão negativa de tributos municipais para defesa de direito da própria entidade. A certidão lhe foi negada por ato abusivo da autoridade municipal, o que motivou o desejo da associação de ingressar em juízo para obter o referido documento. Diante disso, a associação poderá propor, para a defesa de seu direito,</p> <p>(A) mandado de segurança coletivo.</p> <p>(B) <i>habeas data</i>.</p> <p>(C) mandado de segurança individual.</p> <p>(D) ação popular.</p> <p>(E) ação civil pública.</p>
<p>34. Uma vez encerrada a licitação e adjudicado o seu objeto ao vencedor do certame,</p> <p>(A) poderá ele recusar-se a assinar o contrato, hipótese em que a Administração deverá revogar a licitação.</p> <p>(B) poderá ele recusar-se a assinar o contrato, sem ônus.</p> <p>(C) poderá ele recusar-se a assinar o contrato, desde que comunique essa intenção com antecedência mínima de 15 dias.</p> <p>(D) não poderá ele recusar-se a assinar o contrato, podendo a Administração pleitear judicialmente a execução específica da obrigação de fazer correspondente.</p> <p>(E) não poderá ele recusar-se a assinar o contrato, sob pena de ser considerado inadimplente e sofrer as sanções correspondentes.</p>	<p>37. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar,</p> <p>(A) em recurso ordinário, as decisões proferidas pelos Tribunais Estaduais em sede de ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(B) originariamente, a arguição de descumprimento de preceito fundamental.</p> <p>(C) originariamente, as disputas sobre direitos indígenas.</p> <p>(D) originariamente, as ações diretas de inconstitucionalidade contra leis municipais.</p> <p>(E) originariamente, todos os pedidos de intervenção de Estado-membro em Município.</p> <p>38. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar,</p> <p>(A) em recurso especial, os mandados de segurança impetrados contra ato de Prefeito municipal, quando denegatória a decisão.</p> <p>(B) originariamente, a homologação das sentenças estrangeiras.</p> <p>(C) originariamente, as causas e os conflitos entre a União e os Estados.</p> <p>(D) em recurso ordinário, as causas e os conflitos entre as entidades da Administração indireta municipal.</p> <p>(E) em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro de um lado, e, do outro, Município.</p> <p>39. Entre os atos que não podem ser impugnados em face da Constituição Federal, mediante ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal, encontra-se a</p> <p>(A) lei municipal.</p> <p>(B) lei federal.</p> <p>(C) lei estadual.</p> <p>(D) emenda à Constituição Federal.</p> <p>(E) emenda à Constituição de Estado-membro.</p>

<p>40. Francisco de Assis, estando no exercício do cargo público de analista judiciário junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, pretende candidatar-se a Vereador do Município de Salvador. Francisco deverá ser informado de que</p> <p>(A) investido no mandato de Vereador, ficará afastado do cargo de analista judiciário, ainda que haja compatibilidade de horários, podendo optar por uma remuneração.</p> <p>(B) poderá exercer o mandato de Vereador e o cargo de analista judiciário, acumulando a remuneração de ambos, desde que haja compatibilidade de horários.</p> <p>(C) somente poderá candidatar-se a Vereador se pedir demissão do cargo de analista judiciário.</p> <p>(D) poderá exercer o mandato de Vereador e o cargo de analista judiciário, desde que haja compatibilidade de horários, devendo optar por uma remuneração.</p> <p>(E) investido no mandato de Vereador, ficará afastado do cargo de analista judiciário, devendo perceber os subsídios do cargo eletivo.</p>	<p>42. Dentre os direitos sociais do trabalhador assegurados na Constituição Federal encontra-se o direito</p> <p>(A) à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.</p> <p>(B) à remuneração do serviço extraordinário, no mínimo, 30% superior à remuneração normal.</p> <p>(C) à irredutibilidade do salário, que não poderá ser objeto sequer de convenção coletiva.</p> <p>(D) ao seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.</p> <p>(E) ao salário-família pago em razão do dependente de qualquer trabalhador urbano ou rural, nos termos da lei.</p>
<p>41. O Presidente da República apresentou ao Senado Federal projeto de lei dispondo sobre servidores públicos da União, requerendo que fosse colocado em votação em regime de urgência. O projeto não tendo sido colocado em votação nos 45 dias seguintes, foram sobrestadas todas as demais deliberações em curso no Senado Federal, até que se ultimasse a votação, com exceção daquelas com prazo constitucional determinado.</p>	<p>43. A Constituição Federal veda a percepção simultânea de remuneração de cargo público com proventos de aposentadoria à conta do regime previdenciário previsto para os servidores públicos, ressalvando alguns casos em que possibilita essa acumulação. Assim é que os proventos de aposentadoria no cargo de analista judiciário junto ao TRT da 5ª Região</p> <p>(A) poderão ser acumulados com a remuneração de cargo vinculado ao Poder Judiciário Federal.</p> <p>(B) poderão ser acumulados com a remuneração de um cargo privativo de profissionais da saúde.</p> <p>(C) não poderão ser acumulados com a remuneração de qualquer outro cargo público.</p> <p>(D) poderão ser acumulados com a remuneração de um cargo de professor.</p> <p>(E) poderão ser acumulados com a remuneração de um cargo de médico.</p>
<p>Na situação narrada, verifica-se vício de inconstitucionalidade formal na tramitação do projeto, porque</p> <p>(A) somente após 30 dias da apresentação do projeto o Presidente da República poderia ter solicitado a urgência.</p> <p>(B) não é cabível solicitação de urgência nos projetos de lei sobre servidores públicos.</p> <p>(C) o Presidente da República não tem iniciativa legislativa para a matéria.</p> <p>(D) o sobrestamento das deliberações somente poderia ocorrer após decorridos 60 dias da apresentação do projeto à Casa legislativa competente.</p> <p>(E) a votação do projeto deveria iniciar-se na Câmara dos Deputados.</p>	<p>44. A competência para legislar sobre direito do trabalho pertence</p> <p>(A) somente aos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>(B) concorrentemente à União Federal, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios.</p> <p>(C) privativamente aos Estados-membros e Distrito Federal, que não poderão delegá-la.</p> <p>(D) privativamente aos Estados-membros, que poderão delegá-la à União Federal.</p> <p>(E) privativamente à União Federal, que poderá delegá-la aos Estados-membros.</p> <p>45. É privativo de brasileiro nato o cargo de</p> <p>(A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Ministro do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) Procurador-Geral da República.</p> <p>(D) Ministro de Estado da Justiça.</p> <p>(E) Ministro de Estado das Relações Exteriores.</p>

<p>46. A cláusula segundo a qual o adquirente não se responsabiliza por quaisquer débitos trabalhistas anteriores à compra de um estabelecimento,</p> <p>(A) não é válida apenas com relação aos contratos de trabalho que forem mantidos.</p> <p>(B) não é válida porque qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.</p> <p>(C) é válida porque o contrato de compra e venda é de natureza civil.</p> <p>(D) é válida porque a disposição decorre da vontade das partes contratantes.</p> <p>(E) é válida apenas com relação aos débitos decorrentes de contratos de trabalho já extintos.</p>	<p>49. Considera-se trabalho noturno aquele realizado entre</p> <p>(A) as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, computando-se a hora noturna como de 52 minutos e 30 segundos.</p> <p>(B) as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, computando-se a hora noturna como de 45 minutos.</p> <p>(C) o anoitecer de um dia e o amanhecer do dia seguinte, computando-se a hora noturna como de 55 minutos.</p> <p>(D) as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte, computando-se a hora noturna como 48 minutos.</p> <p>(E) as 21 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte, com intervalos obrigatórios de 15 minutos a cada 60 minutos trabalhados.</p>
<p>47. Em localidade onde não é emitida Carteira de Trabalho e Previdência Social, ao admitir empregado que não a possua, o empregador deve fornecer ao empregado, no ato da admissão,</p> <p>(A) declaração da relação de emprego assinada por duas testemunhas.</p> <p>(B) documento do qual constem a data da admissão, a natureza do trabalho, o salário e a forma do seu pagamento.</p> <p>(C) cópia do contrato de trabalho.</p> <p>(D) cópia do registro do empregado no livro respectivo.</p> <p>(E) atestado que conste o histórico da relação empregatícia.</p>	<p>50. A reversão do empregado ao cargo efetivo anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança,</p> <p>(A) só é possível se resultar de real necessidade de serviço.</p> <p>(B) implica em pagamento suplementar, nunca inferior a 25% do salário do empregado.</p> <p>(C) depende da anuência do empregado.</p> <p>(D) não é considerada alteração unilateral.</p> <p>(E) só é possível se não resultar em prejuízo ao empregado.</p>
<p>48. Além da prestação de serviços e do pagamento de salários, são características do contrato de trabalho:</p> <p>(A) exclusividade, não eventualidade e subordinação.</p> <p>(B) exclusividade, autonomia e existência de contrato escrito.</p> <p>(C) pessoalidade, não eventualidade e existência de contrato escrito.</p> <p>(D) pessoalidade, não eventualidade e subordinação.</p> <p>(E) pessoalidade, existência de contrato escrito e prazo determinado.</p>	<p>51. É possível a realização de trabalho suplementar sem o pagamento do correspondente adicional de horas extras, na hipótese de</p> <p>(A) ser necessário realizar serviços cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.</p> <p>(B) não haver habitualidade na prestação de trabalho suplementar.</p> <p>(C) ser necessária a conclusão de serviços inadiáveis.</p> <p>(D) haver expressa previsão em acordo ou convenção coletiva.</p> <p>(E) compensar-se o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro.</p> <p>52. Durante o período aquisitivo do direito a férias, o empregado faltou 11 dias ao serviço, 8 deles para realização comprovada de exame vestibular. Neste caso, terá direito a férias de</p> <p>(A) 30 dias corridos.</p> <p>(B) 28 dias corridos.</p> <p>(C) 27 dias corridos.</p> <p>(D) 24 dias corridos.</p> <p>(E) 19 dias corridos.</p>

<p>53. Existindo, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de empresa e Comissão sindical, o empregado</p> <p>(A) optará por uma delas para submeter a demanda.</p> <p>(B) poderá optar por uma delas, se o contrato de trabalho for inferior a um ano.</p> <p>(C) deverá submeter a demanda à Comissão de empresa.</p> <p>(D) deverá submeter a demanda à Comissão de empresa se o contrato de trabalho for inferior a um ano.</p> <p>(E) deverá submeter a demanda à Comissão sindical.</p>	<p>56. Sob pena de nulidade do feito, a conciliação deve, obrigatoriamente, ser tentada</p> <p>(A) antes do início da audiência.</p> <p>(B) após o oferecimento da defesa pelo réu.</p> <p>(C) antes da oitiva das testemunhas.</p> <p>(D) antes do oferecimento da defesa pelo réu e antes do julgamento do feito.</p> <p>(E) após o oferecimento da defesa pelo réu e após o julgamento do feito.</p>
<p>54. Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador deverá pagar, como adiantamento da gratificação de natal, o valor correspondente a</p> <p>(A) um quarto do salário recebido pelo empregado no mês anterior.</p> <p>(B) um terço do salário recebido pelo empregado no mês anterior.</p> <p>(C) metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior.</p> <p>(D) metade do salário recebido pelo empregado no mês de dezembro do ano anterior.</p> <p>(E) um terço do salário recebido pelo empregado no mês de dezembro do ano anterior.</p>	<p>57. O juiz deve dar-se por suspeito e pode ser recusado se um dos litigantes for</p> <p>(A) seu vizinho.</p> <p>(B) seu colega de faculdade.</p> <p>(C) seu parente por afinidade até o terceiro grau civil.</p> <p>(D) amigo de parente consanguíneo até o terceiro grau civil.</p> <p>(E) inimigo de parente por afinidade até o segundo grau civil.</p>
<p>55. O trabalhador cujo contrato de trabalho tenha sido declarado nulo por ter sido admitido no serviço público sem concurso público (artigo 37, § 2º da Constituição Federal), uma vez mantido o direito ao salário, faz jus, também</p> <p>(A) ao seguro desemprego.</p> <p>(B) à gratificação de natal.</p> <p>(C) ao aviso prévio.</p> <p>(D) aos depósitos do FGTS na conta vinculada.</p> <p>(E) à estabilidade decorrente de acidente de trabalho.</p>	<p>58. No processo do Trabalho, admite-se a cumulação subjetiva de ações desde que haja identidade de</p> <p>(A) matéria e autor.</p> <p>(B) matéria e réu.</p> <p>(C) autor e réu.</p> <p>(D) matéria, apenas.</p> <p>(E) réu, apenas.</p> <p>59. A citação do executado para cumprimento da decisão será feita</p> <p>(A) pelo correio.</p> <p>(B) por publicação no Diário Oficial.</p> <p>(C) por edital.</p> <p>(D) por aviso fixado na sede do Juízo.</p> <p>(E) por Oficial de Justiça.</p> <p>60. O recurso a ser interposto quando houver na sentença ou no acórdão obscuridade ou contradição é denominado</p> <p>(A) Embargos de Declaração.</p> <p>(B) Ordinário.</p> <p>(C) de Revista.</p> <p>(D) Agravo de Petição.</p> <p>(E) Agravo de Instrumento.</p>

A01 - Alternativas Corretas da Prova Tipo 0

Questão	Gabarito
1	D
2	E
3	B
4	E
5	E
6	A
7	C
8	C
9	B
10	A
11	D
12	B
13	A
14	C
15	E
16	C
17	E
18	D
19	B
20	D
21	E
22	C
23	E
24	B
25	D

Questão	Gabarito
26	A
27	C
28	B
29	A
30	C
31	E
32	D
33	B
34	E
35	D
36	C
37	B
38	E
39	A
40	B
41	E
42	A
43	D
44	E
45	B
46	B
47	B
48	D
49	A
50	D

Questão	Gabarito
51	E
52	A
53	A
54	C
55	D
56	D
57	C
58	B
59	E
60	A
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	

Questão	Gabarito
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	